

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.614 - SC (2015/0173416-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
AGRAVADO : MECANICA IMPACTO LTDA
ADVOGADOS : CLAUDIO CESAR DA SILVA SANTOS - SC016338
RAFFAEL ALBERTO RAMOS - SC023160
ALESSANDRO EDUARDO XAVIER DA CRUZ E OUTRO(S) - SC017056B
AGRAVADO : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA DE INFRA
ADVOGADO : LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA E OUTRO(S) - SC017476
AGRAVADO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : GIOVANNI AGUIAR ZASSO E OUTRO(S) - SC026611B

DECISÃO

Trata-se de Agravo Regimental, interposto pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, contra decisão de minha lavra, assim fundamentada, **in verbis**:

"Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, com fundamento no art. 105, III, **a**, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que se encontra assim ementado:

'PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. RODOVIAS FEDERAIS. LEGITIMIDADE PASSIVA. DNIT. CONVÊNIO. ESTADO DE SANTA CATARINA. TERMO DE TRANSFERÊNCIA. DOCUMENTO NOVO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE.

1. É pacífico o entendimento desta Corte de que nas ações de indenização por desapropriação indireta relacionadas à construção ou ampliação de rodovias federais, a legitimidade passiva é do DNIT, e não da União, que apenas deteve legitimidade passiva no período de extinção e inventariança do DNER.

2. O fato de haver decreto desapropriatório do governo estadual, em nada altera a circunstância, singela, mas decisiva, de que se trata de desapropriação que está ocorrendo às margens em rodovia federal, bem da União, e daí a

competência da justiça federal para o exame da lide.

3. É evidente que, com ou sem responsabilidade direta do DNIT sobre a obra ou sobre as desapropriações, o fato é que, deve sim integrar a lide em seu polo passivo, pois é o órgão federal constituído para zelar pelas rodovias federais.

4. Quanto à legitimidade passiva do Estado de Santa Catarina igualmente a decisão não merece reforma, na medida em que não obstante tratar-se de rodovia federal, o convênio celebrado entre o DNIT e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó/SC, órgão da estrutura organizacional do Estado de Santa Catarina, traz cláusula expressa sobre a responsabilidade do ente estadual pela comprovação do exercício pleno da propriedade dos imóveis, bem como a legalização dos terrenos necessários à execução das obras objeto do convênio, o que evidencia sua legitimidade passiva.

5. Quanto ao documento novo acostado pelo DNIT (Termo de Transferência), dele não conheço porquanto, dele não tratou a decisão agravada. Tal questão deve ser levada ao magistrado de primeiro grau para que sobre ela decida, sob pena de supressão de instância' (fl. 526e).

Os Embargos de Declaração opostos foram acolhidos (fls. 554/556e). Sustenta o recorrente, em síntese, a ocorrência de afronta ao art. 535 do CPC, uma vez que houve omissão no julgado, em face da ausência de análise da legitimidade passiva do DEINFRA, além de sua competência e responsabilidade, assim como de contradição, "pois o DEINFRA não é um órgão do Estado de SC, senão uma autarquia" (fl. 571e).

Argumenta que o acórdão dos Embargos de Declaração "omitiu qualquer análise ou ponderação das consequências jurídicas do art. 2º do Decreto Estadual 1.123/2012, que atribuiu ao DEINFRA a responsabilidade de promover a desapropriação do imóvel da presente lide" (fl. 574e).

Requer, assim, o conhecimento e provimento do Recurso Especial, a fim de ser declarada a nulidade do acórdão recorrido, por afronta ao art. 535 do CPC (fls. 568/577e).

Decido.

O Recurso Especial não merece prosperar.

No que se refere à alegada ofensa ao art. 535 do CPC, cabe ressaltar que os Embargos de Declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida.

Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006.

Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008.

No acórdão dos Embargos de Declaração restou assim consignado:

'Acolho os presentes embargos declaratórios para afastar a omissão apontada.

O órgão estadual DEINFRA responsável pela infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas e terminais de Santa Catarina, não detém competência para atuar em rodovia federal sob jurisdição do DNIT, razão pela qual não é parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda, sendo irrelevante que ela tenha construído a rodovia. O fato deste órgão estadual ter sido designado pelo Estado de Santa Catarina para promover as desapropriações, não tem qualquer relevância para fins de estabelecer-se e legitimidade passiva para a ação de desapropriação indireta. Isso porque, o DEINFRA/SC, é apenas o órgão executor das desapropriações e da rodovia, a mando do Estado de Santa Catarina como bem explicitado no Decreto 1.123/2012 do Governador do referido estado. A exclusão do DEINFRA/SC do pólo passivo da ação de desapropriação não causa qualquer embaraço no desenvolvimento, pois não se está aqui, impedindo a sua ação executiva ou retirando suas responsabilidades administrativas que lhe foram determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina' (fl. 555e).

Nesse contexto, é indubitável que o acórdão ora atacado abordou todos os pontos necessários à composição da lide, ofereceu conclusão conforme a prestação jurisdicional solicitada, encontra-se alicerçado em premissas que se apresentam harmônicas com o entendimento adotado e desprovido de obscuridades ou contradições.

Com efeito, o entendimento desta Corte é pacífico no sentido de que

não há omissão, contradição ou obscuridade no julgado, quando se resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada e apenas se deixa de adotar a tese do embargante. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 573.796/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/11/2014.

Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 557, **caput**, do CPC" (fls. 630/632e)

Inconformada, a parte agravante alega, em síntese, que:

"O DNIT apresentou embargos de declaração e a Turma alegou apenas a inocorrência de omissão. A turma não se manifestou acerca do necessário litisconsórcio que deveria existir entre as partes, pois não analisou a questão posta de que o DEINFRA é uma autarquia com personalidade jurídica própria, com responsabilidade para responder pelos atos necessários à efetivação da obra denominada contorno de Chapecó.

Desta forma, a decisão colegiada, com a devida vênia, afrontou o disposto no art. 535 do CPC, visto que deixou de promover o debate dos dispositivos apontados pela embargante como violados.

Por tais razões, patente a nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração, porquanto sonogada a prestação jurisdicional de prequestionamento pretendida pelo recorrente, representando óbice, à parte, para interposição dos necessários recursos excepcionais.

Impõe-se, assim, seja anulada a decisão por não ter esgotado a apreciação dos embargos declaratórios, retornando os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região para que seja proferida manifestação expressa acerca dos dispositivos cujo prequestionamento se requereu.

Caso Vossas Excelências, assim, não entendam, requer seja enfrentada a matéria de fundo debatida nos autos e ora reiterada no presente recurso.

DO MÉRITO

Não encontra fundamento a aplicação das sumulas 280/STF e 5/STJ, porquanto o caso não existe interpretação de cláusula contratual do convenio mencionado para ser resolvido. Tampouco exige análise de qualquer direito local, eis que as normas federais são suficientes a tanto, não havendo razão para a negativa de seguimento do Especial, justificando-se assim a interposição o presente regimental.

(...)

Com esse fundamento, entendo deva integrar o DEINFRA no polo

passivo da ação ajuizada, provendo-se o agravo no ponto. Resta evidenciado que o Acórdão recorrido violou os arts. 46 e 47 do CPC, pois o DEINFRA/SC tem personalidade própria às autarquias, foi designada por decreto e participou das obras que deram origem ao processo do qual extraído o presente agravo de instrumento, estando presentes todos os pressupostos exigidos pela legislação processual à participação obrigatória do órgão no processo, pois há comunhão de direito e de fato quanto a responsabilidade passiva" (fl.638/644e).

Por fim, requer "seja a r. decisão ora agravada reconsiderada. Subsidiariamente, acaso o Agravo Regimental seja submetido ao crivo do nobre colegiado, deve ser reformado o **decisum** vergastado, com o conhecimento e provimento do Recurso Especial" (fl. 645e).

Intimada (fl. 647e), a parte agravada deixou transcorrer **in albis** o prazo para manifestação.

O Tribunal de origem, por meio do Ofício 00730969/2018 (fl. 649e), informa "que foi proferida sentença no processo nº 5001639220134047202 SANTA CATARINA que deu origem ao REsp/AREsp antes indicado e em trâmite nessa Corte".

Com efeito, "conforme precedentes deste Superior Tribunal de Justiça, a superveniência de sentença de mérito implica a perda de objeto de recurso interposto contra acórdão que desproveu agravo de instrumento. Isso porque eventual provimento do especial não poderia dar ensejo à reforma do título judicial que exerceu cognição exauriente." (STJ, AgRg no AREsp 427.255/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/11/2014).

Assim, não subsiste mais a utilidade e a necessidade do provimento judicial buscado por meio do presente Recurso, razão pela qual deve ser reconhecida a perda superveniente do interesse recursal.

Ante o exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 630/632e e, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente Agravo Regimental, em face da perda superveniente de seu objeto.

I.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora